

VPORTS AUTORIDADE PORTUÁRIA
(anteriormente denominada Companhia Docas do
Espírito Santo - CODESA)

Relatório de revisão do auditor independente

Informações contábeis intermediárias
Em 30 de setembro de 2023

VPORTS AUTORIDADE PORTUÁRIA
(Anteriormente denominada Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA)

Informações contábeis intermediárias
Em 30 de setembro de 2023

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre a revisão das informações contábeis intermediárias

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Demonstrações do valor adicionado - informação suplementar

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos

Acionistas e Administradores da

VPORTS Autoridade Portuária (anteriormente denominada Companhia de Docas do Espírito Santo - Codesa)

Vitória - ES

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da VPORTS Autoridade Portuária (anteriormente denominada Companhia de Docas do Espírito Santo - Codesa) ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR), referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2023, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente dos períodos de três e nove meses findos nesta data, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - "*Interim Financial Reporting*", emitida pelo "*International Accounting Standards Board - (IASB)*", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "*Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas Informações Trimestrais (ITR) anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração intermediária do Valor Adicionado (DVA)

As informações contábeis intermediárias acima referidas incluem a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações contábeis intermediárias, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, exceto pelos efeitos do assunto mencionado na seção intitulada "Base para conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias", não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Valores correspondentes ao período e exercício anteriores

As informações contábeis intermediárias mencionadas no primeiro parágrafo incluem informações contábeis correspondentes ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e às demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022, obtidas respectivamente, das demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022 e das informações contábeis intermediárias daquele trimestre, apresentadas para fins de comparação. As Informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2022 foram revisadas por nós, para as quais emitimos relatório de revisão datado de 13 de dezembro de 2022 contendo: i) ressalva sobre as limitações decorrentes da validação dos saldos iniciais daquele exercício e; ii) parágrafo de ênfase chamando a atenção para a alteração de controle acionário da Companhia ocorrida em 30 de março de 2022 através de leilão de desestatização. O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 é parte integrante do conjunto das demonstrações contábeis que foram por nós auditada e sobre as quais emitimos relatório de opinião, datado de 22 de março de 2022 contendo ressalva e parágrafo de ênfase de mesmos teores que os mencionados anteriormente quanto ao relatório de revisão.

São Paulo, 01 de novembro de 2023.

VPORTS AUTORIDADE POTUÁRIA S.A.

(Razão Social Anterior COMPANHIA DOCAS DO ESPIRITO SANTO - CODESA)

Balanços patrimoniais

Em 30 de setembro de 2023 e 31 de dezembro 2022

(Valores Expressos em Milhares de Reais - R\$)

Ativo	Nota explicativa			Passivo e Patrimônio Líquido	Nota explicativa		
		30/09/2023	31/12/2022			30/09/2023	31/12/2022
Circulante				Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	146.292	82.642	Fornecedores	14	11.654	8.623
Contas a Receber de Clientes	4	10.921	5.621	Adiantamentos de Clientes - Contas a Receber	4	3.585	2.508
Créditos Negociados Com Clientes	5	1.188	5.400	Obrigações Tributárias	15	4.928	605
Estoques		109	75	Salários e Encargos	16	13.948	9.910
Tributos a Recuperar	6	6.878	10.969	Arrendamento Mercantil	17	458	493
Despesas Antecipadas	7	5.780	10.177	Adiantamento Clientes - Arrendamento	18	2.000	2.000
Outros Créditos	8	31.132	1.158	Termo de Compromisso Financeiro - PORTUS	19	9.723	9.469
Total do ativo circulante		202.300	116.042	Obrigações com Poder Concedente	20	17.928	3.804
				Benefício Pós Emprego	21	1.914	1.914
				Outros Passivos	22	30.745	-
				Outras Contas a Pagar	23	5.922	881
				Total do Passivo Circulante		102.805	40.207
Não Circulante				Não Circulante			
Depósitos Judiciais	9	29.091	47.585	Impostos Diferidos	10	6.050	5.015
Impostos Diferidos	10	70.354	68.949	Arrendamento Mercantil	17	2.566	5.297
Outros Créditos	11	34.235	8.421	Adiantamento Clientes - Arrendamento	18	18.500	20.000
Investimentos		2	2	Termo de Compromisso Financeiro - PORTUS	19	75.316	78.040
Imobilizado	12	29.459	46.979	Benefício Pós Emprego	21	40.468	35.653
Intangível	13	720.717	710.598	Demanda Judicial	24	52.464	65.406
Total do ativo não circulante		883.858	882.534	Obrigações com Poder Concedente	20	288.655	267.897
				Outros Passivos	22	29.110	-
				Outras Contas a Pagar	25	6.947	6.852
				Total do Passivo não Circulante		520.076	484.160
				Patrimônio Líquido			
				Capital Social	26.1	568.621	568.568
				Ajustes de Avaliação Patrimonial	26.3	11.261	17.204
				Prejuízos Acumulados	26.4	(116.605)	(111.563)
				Total do Patrimônio Líquido		463.277	474.209
Total do Ativo		1.086.158	998.576	Total do passivo e patrimônio líquido		1.086.158	998.576

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

VPORTS AUTORIDADE POTUÁRIA S.A.

(Razão Social Anterior COMPANHIA DOCAS DO ESPIRITO SANTO - CODESA)

Demonstrações do resultado intermediário

Períodos findos em 30 de setembro de 2023 e 2022

(Valores Expressos em Milhares de Reais - R\$)

	Nota explicativa	30/09/2023	30/09/2022	01/07/2023 a 30/09/2023	01/07/2022 a 30/09/2022
Receita Operacional Líquida	27	173.432	131.783	65.052	43.362
Custo dos Serviços Prestados	28	(96.482)	(52.028)	(37.292)	(21.228)
Lucro Bruto		76.950	79.755	27.760	22.134
Receitas/(Despesas) Operacionais					
Despesas Gerais e Administrativas	28	(44.591)	(39.480)	(7.858)	(13.835)
Outras Receitas e Despesas, Líquidas	29	(25.107)	(23.290)	21.367	(19.094)
Lucro (Prejuízo) Operacional Antes do Resultado Financeiro		7.252	16.985	41.269	(10.795)
Resultado financeiro					
Receitas Financeiras	30	13.852	16.469	5.058	5.490
Despesas Financeiras	30	(23.493)	(6.252)	(10.808)	(2.425)
Lucro (Prejuízo) Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		(2.389)	27.202	35.519	(7.730)
Imposto de Renda e Contribuição Social					
Correntes	10	(3.021)	(11.727)	(3.021)	(2.605)
Diferidos	10	369	(457)	(10.215)	4.060
Lucro (Prejuízo) do Período		(5.041)	15.018	22.283	(6.275)
Resultado por Ações Ordinárias em Reais - R\$	26.2	(0,0007)	(0,0021)	(0,0031)	(0,0009)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

VPORTS AUTORIDADE POTUÁRIA S.A.

(Razão Social Anterior COMPANHIA DOCAS DO ESPIRITO SANTO - CODESA)

Demonstrações do resultado abrangente intermediário

Períodos findos em 30 de setembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	Nota Explicativa	30/09/2023	30/09/2022	01/07/2023 a 30/09/2023	01/07/2022 a 30/09/2022
Lucro (Prejuízo) do Período		(5.041)	15.018	22.283	(6.275)
Outros resultados abrangentes	26.3.	(5.943)	13.856	3.990	(2.341)
Resultado Abrangente Total Do Período		<u>(10.984)</u>	<u>28.874</u>	<u>26.273</u>	<u>(8.616)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

VPORTS AUTORIDADE POTUÁRIA S.A.

(Razão Social Anterior COMPANHIA DOCAS DO ESPIRITO SANTO - CODESA)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido intermediário

Períodos findos em 30 de setembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital Social	Adiantamento Aumento de Capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros/(prejuízos) acumulados	Total do Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021		550.292	21.198	(540)	(82.053)	488.897
Outros Resultados Abrangentes		-	-	13.856	-	13.856
Redução de Capital Social		(8.261)	-	-	-	(8.261)
Reversão para de adiantamento para Aumento de Capital		-	(21.198)	-	-	(21.198)
Aporte Acionista		26.500	-	-	-	26.500
Lucro do Período		-	-	-	15.018	15.018
Saldos em 30 de Setembro de 2022		568.531	-	13.316	(67.035)	514.812
Saldos em 31 de Dezembro de 2022		568.568	-	17.204	(111.563)	474.209
Outros Resultados Abrangentes	26.3.	-	-	(5.943)	-	(5.943)
Aporte de Capital	26.1.	53	-	-	-	53
Prejuízo do Período	26.4.	-	-	-	(5.042)	(5.042)
Saldos em 30 de Setembro de 2023		568.621	-	11.261	(116.605)	463.277

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

VPORTS AUTORIDADE POTUÁRIA S.A.

(Razão Social Anterior Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA)

Demonstrações dos fluxos de caixa intermediário
Períodos findos em 30 de setembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	30.09.2023	30.09.2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro (Prejuízo) do Período	(5.041)	15.018
Ajustes do período		
Ao caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:		
Depreciação E Amortização	15.633	9.828
Baixas de Imobilizado e Intangível	674	-
Provisão Para Risco	(167)	21.412
PECLD de Contas a Receber	(149)	551
Imposto De Renda E Contribuição Social Diferidos	(369)	457
Imposto De Renda Corrente	3.021	-
Adiantamento Clientes - Arrendamento	(1.500)	(1.500)
Juros Sobre Arrendamento Mercantil	287	243
Juros Sobre Portus E Plano De Pensão	4.794	4.747
Juros Sobre Depósitos Judiciais	(1.773)	(2.667)
Juros Complemento De Aposentadoria	823	-
Obrigação Com Poder Concedente	38.814	-
Lucro Ajustado	55.047	48.089
Variações Nas Contas de Ativos E Passivos		
Contas a Receber De Clientes	(5.151)	3.670
Créditos Negociados Com Os Clientes	4.212	(4.757)
Estoques	(34)	(2)
Tributos a Recuperar	4.091	9.058
Despesas Antecipadas	4.397	(7.704)
Depósitos Judiciais	20.267	(81)
Outros Créditos	4.066	(5.096)
Fornecedores	3.031	793
Obrigações Tributárias	3.954	1.205
Salários E Encargos	4.038	4.926
Adiantamentos De Clientes - Contas A Receber	1.077	(1.347)
Obrigação Com Poder Concedente	(3.932)	-
Pagamento Portus	(8.049)	(7.910)
Pagamento de Plano de Pensão	(1.167)	-
Provisão Para Risco	(12.775)	(1.797)
Outras Contas A Pagar	5.136	(2.301)
Caixa Líquido Gerado Pelas (Aplicado Nas) Atividades Operacionais	78.208	36.746
Pagamento de IR e CS	(1.896)	-
Caixa Líquido Gerado Pelas (Aplicado Nas) Atividades Operacionais Após Juros E Impostos	76.312	36.746
Fluxos De Caixa Das Atividades De Investimento		
Imobilizado E Intangível	(12.160)	(800)
Outorga De Bonificação		(106.000)
Caixa Líquido Gerado Pelas (Aplicado Nas) Atividades De Investimentos	(12.160)	(106.800)
Fluxo De Caixa Das Atividades De Financiamento		
Pagamento De Arrendamento	(555)	(661)
Aumento De Capital	53	(21.198)
Recursos Para Aumento De Capital	-	26.500
Caixa Líquido Gerado Pelas (Aplicado nas) Atividades de Financiamento	(502)	(21.859)
Aumento líquido/(diminuição) do caixa e equivalentes de caixa	63.650	(65.413)
Caixa no Início do Período	82.642	131.445
Caixa no Final do Período	146.292	66.032
Aumento líquido/(diminuição) do caixa e equivalentes de caixa	63.650	(65.413)

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediária.

VPORTS AUTORIDADE POTUÁRIA S.A.

(Razão Social Anterior Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA)

Demonstrações do valor adicionado intermediária Períodos findos em 30 de setembro de 2023 e 2022 (Valores Expressos em milhares de Reais - R\$)

	30/09/2023	30/09/2022
Receita		
Receita Da Operação Portuária	104.013	101.893
Receita De Arrendamentos	87.638	47.091
Vendas Canceladas	(334)	(649)
Perdas Estimadas Com Crédito De Liquidação Duvidosa	149	(551)
Outras	45.856	-
	<u>237.322</u>	<u>147.784</u>
Insumos Adquiridos De Terceiros		
Custos Serviços Prestados	(60.823)	(13.052)
Materiais, Água, Energia, Serviços De Terceiros e outros	(12.672)	(32.862)
	<u>(73.495)</u>	<u>(45.914)</u>
Valor Adicionado Bruto	<u>163.827</u>	<u>101.870</u>
Retenções		
Depreciação/Amortização	(15.686)	(9.828)
Valor Adicionado Produzido Pela Entidade	<u>148.141</u>	<u>92.042</u>
Valor Adicionado Recebido Em Transferência		
Receitas Financeiras	13.852	16.469
Outras Receitas E Despesas (Reversões/Provisões)	-	-
Outras	-	-
Valor Adicionado A Distribuir	<u>161.993</u>	<u>108.511</u>
Distribuição Do Valor Adicionado		
Pessoal		
Remuneração Direta	67.254	34.020
Benefícios A Empregados	22.133	13.058
Honorários De Conselhos	1.066	-
FGTS	17.047	2.118
Tributos		
Federais	32.049	34.881
Estaduais E Municipais	3.462	2.819
Juros E Variações Monetárias	23.492	6.252
Aluguéis	531	345
Remuneração De Capital Próprio		
Lucro (Prejuízo) Do Período	(5.041)	15.018
Valor Adicionado Distribuído	<u>161.993</u>	<u>108.511</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias

VPORTS AUTORIDADE PORTUÁRIA

(Razão Social anterior Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA)

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de setembro de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Vports Autoridade Portuária S.A., anteriormente denominada Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA, é uma sociedade por ações, de capital fechado, de personalidade jurídica de direito privado, regida pelo seu Estatuto Social, pela Lei nº 6.404/76, pelas normas estabelecidas pela ANTAQ e demais legislações aplicáveis.

A Vports tem por objeto social o desempenho das funções de Autoridade Portuária do Porto Organizado de Vitória e do Porto Organizado de Barra do Riacho, no Estado do Espírito Santo, com exploração, direta ou indireta, das áreas não afetadas às operações portuárias e a exploração indireta das instalações portuárias, conforme os termos do Contrato de Concessão assinado em 20 de setembro de 2022 e publicado no DOU de 21 de setembro de 2022 ("Contrato de concessão"), e Edital nº 01/2022 - PPI/PND ("Edital").

1.1. A alteração do controle acionário da Companhia

As ações antes de propriedade da União Federal e dos Estado do Espírito Santo foram compradas pela Holding Vports em setembro de 2022. Na ocasião 10% das ações da união foram reservadas para oferta aos empregados e aposentados, conforme previsto no Edital do Leilão nº 01/2022.

A sobra de ações não adquiridas pelos empregados e aposentados foi adquirida pela Holding Vports que hoje detém 99,31% das ações da Companhia.

1.2. Concessão do Porto Organizado

No mesmo mês da venda das ações da Companhia, foi assinado o Contrato de Concessão nº 01/2022 celebrado entre União Federal e a Vports (anteriormente chamada de CODESA), cujo objeto é a cessão onerosa do porto organizado para o desempenho das funções de autoridade portuária, a exploração, direta ou indireta, das áreas não afetadas às operações portuárias e a exploração indireta das instalações portuárias pela Companhia por um período de 35 anos. A exploração do porto organizado tem como objetivo o permanente desenvolvimento econômico e a eficiência na execução dos serviços portuários, observadas a legislação e a regulamentação pertinentes.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de setembro de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das informações contábeis intermediárias e principais práticas contábeis

A emissão dessas informações contábeis intermediárias foi autorizada pela Administração da Companhia em 01 de novembro de 2023.

2.1. Declaração de conformidade

Estas informações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), assim como com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards*), ou "IFRS", emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB").

A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. As normas IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de elaboração

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período, conforme descrito nas políticas contábeis a seguir.

O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nas informações contábeis intermediárias é determinado nessa base, exceto quando determinado em norma específica sobre o tema.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de setembro de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue:

2.3. Apresentação de segmentos operacionais

A Companhia desenvolve suas atividades de negócio considerando um único segmento operacional que é utilizado como base para a sua gestão e para a tomada de decisões. As informações por segmento operacional são apresentadas de modo consistentes com relatório interno fornecido à diretoria executiva, que é a principal tomadora de decisões operacionais, além de ser a responsável pela alocação de recursos, avaliação de desempenho e tomada de decisões estratégicas da Companhia.

A Companhia tem como principais receitas as advindas de tarifas portuárias e contratos de arrendamento.

2.4. Moeda funcional e de apresentação

As informações contábeis intermediárias estão apresentadas em Milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.5. Reconhecimento de receitas e despesas

2.5.1. Prestação de serviços continuados, e outros

As receitas e os custos com serviços prestados são reconhecidos quando da transferência do controle, riscos e benefícios. Os demais resultados da operação, bem como as despesas (receitas) operacionais, são registrados em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios.

2.6. Tributação

2.6.1. Imposto de Renda e Contribuição Social correntes

A provisão para Imposto de Renda ("IRPJ") e Contribuição Social ("CSLL") está baseada no lucro tributável do período. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado. A provisão para imposto de renda e contribuição social são calculadas com base nas alíquotas vigentes no fim do período. Em 30 de setembro de 2023, as alíquotas de IRPJ e CSLL eram de 15,00% (com 10,00% de adicional sobre o valor que exceder a R\$ 20 multiplicado pelo número de meses da apuração) e 9,00% respectivamente.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de setembro de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.6.2. Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. São reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente.

Seu reconhecimento ocorre na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação do ativo fiscal diferido, com base em projeções de resultados elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitam a sua utilização total, ou parcial, mediante a constituição de uma provisão para a não realização do saldo.

Periodicamente, os valores contabilizados são revisados e os efeitos, considerando sua realização ou liquidação, estão refletidos em consonância com o disposto na legislação tributária.

Anualmente a Companhia avalia a realização do imposto diferido ativo e, caso sua utilização não seja provável, o saldo não é reconhecido.

2.6.3. Impostos sobre as vendas e serviços

Em operações de prestação de serviços, o PIS é calculado à alíquota de 1,65%, aplicado sobre o total das receitas operacionais, ajustadas pelas deduções e exclusões previstas pela legislação em vigor. A COFINS é calculada à alíquota de 7,60%, aplicável sobre a mesma base de cálculo do PIS (regime de não cumulatividade).

O Imposto Sobre Serviços ("ISS") é calculado de maneira similar ao regime de cumulatividade e sua alíquota depende do local de prestação dos serviços. As alíquotas das cidades onde a Companhia mantém atividade é de 5,00%.

2.7. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando uma entidade consolidada for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de setembro de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, quando aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

2.7.1. Classificação de instrumentos financeiros

De acordo com o CPC 48 (IFRS 9), a classificação inicial dos ativos financeiros baseia-se no modelo de negócio que a Companhia utiliza para gerenciar seus ativos financeiros e nas características contratuais dos fluxos de caixa deles. Os ativos financeiros podem ser mensurados em três categorias:

- i. Ao custo amortizado;
- ii. Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e
- iii. Ao valor justo por meio do resultado.

2.8. Ativos financeiros

A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando este se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber e créditos com terceiros.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescido, no caso de investimentos não designados ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição de ativo financeiro.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros são mensurados conforme os critérios a seguir:

2.8.1. Ao custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de setembro de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros a custo amortizado incluem empréstimos e recebíveis.

Empréstimos e recebíveis são instrumentos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses instrumentos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa efetiva de juros), menos perda por redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros classificados nessa categoria são os seguintes:

2.8.2. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários incluem, substancialmente, depósitos à vista e operações compromissadas, denominados em reais (R\$), para os quais não existem multas tampouco outras restrições para seu resgate, com o emissor do instrumento.

A abertura entre caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários por tipo de classificação está apresentada na Nota Explicativa nº 4.

2.8.2.1. Contas a receber e créditos com terceiros

São classificados como empréstimos e recebíveis e demonstrados ao custo, acrescidos de variação monetária e juros, líquidos de ajuste a valor presente. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída por valor considerado suficiente pela Companhia para cobrir as perdas estimadas na realização dos créditos que não possuem garantia real.

2.8.2.2. Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de setembro de 2023
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.8.3. Ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Não obstante os critérios para os instrumentos de dívida serem classificados pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados pelo valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se isso eliminar, ou reduzir significativamente, um descasamento contábil.

2.9. Passivos financeiros

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os principais passivos financeiros incluem fornecedores, adiantamentos de clientes, termo de compromisso com o Portus.

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

2.9.1. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.

Ganhos e perdas de passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.9.2. Passivos financeiros ao custo amortizado

Após o reconhecimento inicial, outros passivos financeiros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e valores pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa efetiva de juros, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de setembro de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

No caso da Companhia, os outros passivos compreendem substancialmente fornecedores.

2.10. Desreconhecimento (baixa)

2.10.1. Ativos financeiros

Um ativo financeiro ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes, é baixado quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa, do ativo, expirarem; (ii) a Companhia transferir seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou (iii) a Companhia assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, a um terceiro por força de um acordo que venha a; (a) transferir substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) não transferir tampouco reter substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o mesmo. Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo. Nesse caso, também reconhece um passivo associado.

2.10.2. Passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado.

2.10.3. Instrumento financeiro - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.11. Despesas antecipadas

Apropriadas ao resultado do exercício quando incorridas pelo regime de competência.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de setembro de 2023
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.12. Ativos de direito de uso e passivo com arrendamento

A mensuração inicial para registro dos ativos de direito de uso é com base no custo do passivo de arrendamento de cada contrato da Companhia. Esta abordagem permite uma mensuração consistente e uma razoável aproximação do valor justo do direito de uso nesta data.

A partir do registro inicial, os ativos de direito de uso passam a ser amortizados de maneira linear de acordo com o período remanescente da vigência contratual.

Em contrapartida ao registro dos ativos de direito de uso são registrados os passivos de arrendamento mercantil circulantes e não circulantes, descontados a valor presente pela taxa incremental estimada dos empréstimos, calculada em 5,53% a.a. Estas contas são reduzidas pelos pagamentos das prestações dos arrendamentos e pelo reconhecimento dos juros em conta específica no resultado financeiro da Companhia.

Caso haja revisão de estimativa do prazo de qualquer locação, a Companhia revisa o valor contábil do passivo de arrendamento para refletir os pagamentos a serem feitos ao longo do período revisado, que serão descontados com a mesma taxa de desconto aplicada no início do arrendamento e este ajuste será refletido no ativo de direito de uso e amortizado pelo prazo remanescente do contrato. Da mesma forma, ocorrerão ajustes no passivo de arrendamento e no ativo de direito de uso, caso se faça necessário um ajuste da taxa de desconto utilizada na mensuração inicial.

O CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Operações de Arrendamento exigiu que os arrendatários passassem a reconhecer os passivos dos pagamentos futuros e o direito de uso dos ativos arrendados para os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficaram substancialmente mantidos. O IFRS 16 substituiu o IAS 17/CPC 06 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações.

A Companhia aplicou inicialmente a IFRS 16 (CPC 06 (R2)) em 1º de janeiro de 2019, usando a abordagem prospectiva modificada. Sob essa abordagem, a informação comparativa não é exigida e o ativo de direito de uso é mensurado pelo mesmo valor do passivo de arrendamento.

Os impactos identificados pela adoção nos ativos e passivos da Companhia foram certos contratos de locações de imóveis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de setembro de 2023
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.13. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda eventual. Ganho ou perda resultantes da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. A depreciação é calculada com base no método linear. Os ativos imobilizados estão sujeitos a análises periódicas sobre a deterioração de ativos ("impairment").

2.14. Ativos intangíveis

Demonstrados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicáveis. Os ativos intangíveis que têm vida útil definida possuem amortização calculada pelo método linear, com base em taxas determinadas com base na vida útil estimada dos ativos, conforme descrito na Nota Explicativa nº 14. Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

2.15. Redução ao valor recuperável ("impairment")

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável, pelo menos, uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de setembro de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo ao qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.16. Benefícios a empregados

Os salários e benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem as remunerações fixas (salários, Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias e 13º salário, entre outros) e as remunerações variáveis. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício à medida que são incorridos.

2.17. Provisões

Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de maneira confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada exercício e/ou período, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de maneira confiável.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de setembro de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.18. Ajuste a valor presente - ativos e passivos

Os elementos integrantes do ativo e do passivo, decorrentes de operações de longo ou curto prazos quando houver efeito relevante, são ajustados a valor presente. Desse modo, determinados elementos integrantes do ativo e do passivo são ajustados a valor presente, com base em taxas de desconto que visam refletir as melhores estimativas quanto ao valor do dinheiro no tempo.

2.19. Outros passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias até a data do balanço, cuja contrapartida é lançada ao resultado do exercício. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados ao valor presente com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

2.20. Distribuições de lucros

Conforme previsto no estatuto da Companhia a distribuição de lucros aos sócios poderá ocorrer a qualquer tempo, desde que haja levantamento de balanço ou balancete intermediário que demonstre lucro acumulado.

A política de dividendos da Companhia, determina que o lucro líquido apurado, de acordo com a legislação pertinente, terá a seguinte destinação:

- i. Absorção de prejuízos acumulados;
- ii. 5% (cinco por cento) para constituição da reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do Capital Social;
- iii. No mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado para o pagamento de dividendos, em harmonia com a política de dividendos aprovada pela Vports.

O saldo de lucro remanescente será destinado para a constituição de reservas de retenção de lucros nos termos da lei. A constituição de reservas de retenção de lucros não poderá prejudicar a destinação do dividendo mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) e deverá ser acompanhada de justificativa em orçamento de capital previamente aprovado pela Assembleia Geral, nos termos do art. 196 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de setembro de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.21. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia descritas nesta nota explicativa, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

2.21.1. Principais julgamentos na aplicação das políticas contábeis e fontes de incerteza nas estimativas

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como a divulgação de passivos contingentes, na data do balanço. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem vida útil do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para redução ao valor recuperável de ativos, impostos diferidos ativos, provisão para garantia, provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis, base para a apuração da receita, e instrumentos financeiros.

2.21.2. Principais fontes de incertezas nas estimativas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, que podem resultar em valores diferentes quando da liquidação, são discutidas a seguir:

a) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (exceto ágio):

A Administração revisa anualmente e/ou quando ocorre algum evento específico o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável, sendo tais evidências identificadas e se o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando-se o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas são lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de setembro de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O valor contábil de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

b) Provisões para riscos:

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas (Nota Explicativa nº 24). A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos externos. As provisões são revisadas no encerramento de cada balanço e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

c) Realização do imposto de renda diferido:

O reconhecimento inicial e as posteriores análises da realização do imposto de renda diferido ocorrem quando seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação do ativo fiscal diferido, com base em projeções de resultados elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitam a sua utilização total, ou parcial, se for constituído o crédito integral.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de setembro de 2023
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.22. Receita e custo de construção

Quando a Companhia presta serviços de construção, esta deve reconhecer a receita e o custo de construção pelo valor justo e os respectivos custos relativos ao serviço de construção prestado. A Companhia também avaliou que não está previsto contratualmente qualquer remuneração por parte do poder concedente com relação aos serviços prestados de construção.

Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção. A administração da Companhia entende que as receitas de construção estão registradas ao valor justo.

3. Caixa e Equivalentes de Caixa

Descrição	30/09/2023	31/12/2022
Bancos conta movimento	3.350	2.694
Operações compromissadas (a)	142.942	79.948
Total	146.292	82.642

(a) Refere-se a aplicações dos recursos disponíveis com rentabilidade diária atrelada à taxa CDI, com possibilidade de resgate imediato.

4. Contas a receber e adiantamentos de clientes

Descrição	30/09/2023	31/12/2022
Faturas a receber de clientes	20.165	15.015
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(9.244)	(9.394)
Contas a receber	10.921	5.621
Adiantamentos de clientes (Passivo)	(3.585)	(2.508)

As faturas a receber de clientes são registradas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos. Não existem encargos financeiros aplicáveis sobre esses títulos. O recebimento de faturas vencidas está sujeito a incidência de juros de mora, multas e correção monetária de acordo com a norma de faturamento vigente.

O critério adotado e vigente para a constituição da PECLD na Companhia é considerar como perdas estimadas os créditos vencidos há mais de 180 dias. Nessa situação, além dos créditos vencidos há mais de 180 dias, considera-se como perda estimada todos os créditos do cliente, independentemente do seu vencimento. Além da provisão estimada de 0,1% sobre todos os demais títulos, vencidos e a vencer ainda não provisionados.

Durante o exercício e períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 30 de setembro de 2023, respectivamente, a movimentação relevante de Adiantamentos de Clientes em 2023, R\$ 3.585, em comparação a 2022, R\$ 2.508, se deve principalmente, a de mudança praticada pela Companhia para a recepção de navios, onde as tarifas portuárias precisam ser 100% adiantadas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de setembro de 2023
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa está sumarizada a seguir:

Descrição	Valor (R\$)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(8.807)
Constituição por estimativa (IFRS 9)	(721)
Reversão	134
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(9.394)
Constituição por estimativa (IFRS 9)	(264)
Reversão	414
Saldos em 30 de setembro de 2023	(9.244)

O critério gerencial estabelecido pela Companhia atende em termos de valores provisionados aos critérios estabelecidos pelo CPC 48.

A abertura do saldo de faturas a receber de clientes por vencimento é conforme segue:

Descrição	30/09/2023		31/12/2022	
	Clientes	PECLD	Clientes	PECLD
A vencer	10.790	(7)	4.263	-
Títulos vencidos:				
Até 30 dias	63	-	1.287	-
De 31 a 60 dias	-	-	1	(1)
De 61 a 180 dias	-	-	236	(165)
De 181 a 365 dias	82	(6)	344	(344)
Mais de 365 dias	9.230	(9.231)	8.884	(8.884)
Total	20.165	(9.244)	15.015	(9.394)

5. Créditos negociados com clientes

	30/09/2023	31/12/2022
Títulos a receber de clientes	13.673	17.884
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(12.485)	(12.484)
Total de contas a receber	1.188	5.400

A movimentação de queda observada na comparação de 30 de setembro de 2023 com 31 de dezembro de 2022, refere-se ao recebimento dos títulos negociados

Durante exercício e períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 30 de setembro de 2023, respectivamente, a movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa está sumarizada a seguir:

Descrição	Valor (R\$)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(12.484)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(12.484)
Constituição por estimativa (IFRS 9)	(1)
Saldos em 30 de setembro de 2023	(12.485)

VPORTS AUTORIDADE PORTUÁRIA

(Razão Social anterior Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA)

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de setembro de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os créditos negociados referem-se a parcelamentos de débitos em atraso.

A abertura do saldo de créditos negociados com clientes por vencimento é conforme segue:

Descrição:	30/09/2023		31/12/2022	
	Clientes	PECLD	Clientes	PECLD
A vencer	1.188	-	5.400	-
Títulos vencidos:				
Mais de 365 dias	12.485	(12.485)	12.484	(12.484)
Total	<u>13.673</u>	<u>(12.485)</u>	<u>17.884</u>	<u>(12.484)</u>

6. Tributos a recuperar

Descrição	30/09/2023	31/12/2022
IRPJ a compensar	1.804	6.573
CSLL a compensar	1.312	1.431
INSS retido a compensar	216	151
PIS a compensar	488	472
COFINS a compensar	2.963	2.245
Outros tributos	95	97
Total	<u>6.878</u>	<u>10.969</u>

7. Despesas antecipadas

Descrição:	30/09/2023	31/12/2022
Licença de software	49	82
Seguro de Vida usuários e Terceiros	3	14
Seguros Responsabil.Civil Administr. (b)	69	155
Seguros Bens Móveis e Imóveis (b)	-	2.393
Dragagem de Manutenção (a)	5.576	7.435
Seguro Garantia Concessão (b)	-	83
Seguro Garantia Judicial	83	15
Total	<u>5.780</u>	<u>10.177</u>

(a) Os gastos relativos à dragagem de manutenção foram registrados no balanço como despesas antecipadas a sua apropriação está ocorrendo no resultado de acordo com a perspectiva de obtenção de benefício econômico desse serviço visto que tanto nos estudos da Dragagem de Aprofundamento realizada em 2017, quanto nos Estudos e Modelagem (Relatório de Avaliação Técnico-Operacional) conduzidos pela BNDES para a venda da Companhia, identificou-se a necessidade de contratação contínua desse serviço a cada 2 anos. Essa forma de apropriação, além de atender a contabilidade regulatória do setor portuário (SICARSPANTAQ), reflete o impacto no resultado pelo princípio da competência. Parte do valor da dragagem encontra-se no grupo de Outros créditos, registrada no não circulante (Nota Explicativa nº 12);

(b) Seguros obrigatórios do contrato de concessão que estão em processo de renovação no 4º trimestre de 2023.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de setembro de 2023
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Outros créditos

Descrição	30/09/2023	31/12/2022
Adiantamento a Funcionários	260	1.094
Assistência Médica a Recuperar	42	59
Outras Contas a Receber (a)	30.745	-
Outros Créditos	85	5
Total	31.132	1.158

(a) A Companhia firmou, no exercício de 2019, contrato de arrendamento com o Consórcio Navegante de área para movimentação, armazenagem e distribuição de granéis líquidos. Esse contrato tem vigência de 25 anos e prevê pagamentos mensais. Além da remuneração mensal do arrendamento prevista no contrato, há um pagamento adicional a ser liquidados em 5 anos vinculado ao cumprimento de determinadas condições.

Após o processo de privatização da Companhia, a ANTAQ efetuou revisão do contrato de arrendamento e concluiu, no segundo semestre de 2023, que referido contrato permanece vigente após o processo de privatização, cabendo à Companhia, em função disso, registrar o direito de recebimento das 3 parcelas remanescentes do adicional contratual, bem como registrar o correspondente passivo a ser apropriado a receita na medida em que as condições precedentes sejam cumpridas.

Em Outras Contas a Receber de curto prazo o valor reconhecido foi de R\$ 30.745.

9. Depósitos judiciais

Descrição:	30/09/2023	31/12/2022
Trabalhista	20.807	33.277
Recursal	-	3.739
Cível/Tributário	8.284	10.569
Total	29.091	47.585

A seguir a abertura da movimentação dos saldos judiciais no período:

Descrição	Trabalhista	Recursal	Cível/ Tributário	Total
Saldo em 31/12/2021	41.077	3.396	9.218	53.691
Depósitos/Bloqueio	7.524	659	867	9.050
Atualização	2.851	88	989	3.928
Saque	(16.035)	(255)	(529)	(16.819)
Resgate	(2.159)	(154)	(10)	(2.323)
Ajuste Saldo/Transferências	19	5	34	58
Saldo em 31/12/2022	33.277	3.739	10.569	47.585
Depósitos/Bloqueio	2.517	415	58	2.990
Atualização	1.563	66	144	1.773
Saque	(6.878)	-	(4.151)	(11.029)
Resgate	(11.903)	(639)	(627)	(13.169)
Ajuste Saldo/Transferências	2.231	(3.581)	2.291	941
Saldo em 30/09/2023	20.807	-	8.284	29.091

Os saques são oriundos a pagamentos de acordos efetuados dos processos, enquanto os resgates tratam de valores retornados ao caixa da empresa após decisão judicial.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de setembro de 2023
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos

a) Imposto de Renda e Contribuição Social correntes

Descrição	30/09/2023	30/09/2022
I - Lucro / (Prejuízo) antes da tributação	(2.390)	27.202
II - Impostos Diferidos acumulados	-	-
III - Base de Cálculo	(2.390)	27.202
IV- Efeitos das adições e exclusões permanentes de despesas e receitas CSLL	15.186	8.740
V- Efeitos das adições e exclusões permanentes de despesas e receitas IR	15.186	8.740
VI - Compensação de prejuízos fiscais	(3.839)	-
VII - Base de cálculo dos impostos s/ o Lucro para CSLL	8.957	35.942
VIII - Base de cálculo dos impostos s/ o Lucro para IRPJ	8.957	35.942
IX- Cálculos pela alíquota base de CSLL e IRPJ	2.652	12.184
Alíquotas de 15% IRPJ	1.181	6.384
Alíquota adicional de 10% IRPJ	769	3.576
Alíquotas de 9% CSLL	709	2.242
Incentivos fiscais	(7)	(18)
X - Taxa efetiva:		
IRPJ e CSLL ajustados	(2.652)	(12.184)
Alíquota efetiva	-110,96%	-44,79%
IRPJ e CSLL Correntes	(3.021)	(11.727)
IRPJ e CSLL Diferidos	369	(457)
Total	(2.652)	(12.184)

b) Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

O reconhecimento inicial e as posteriores avaliações do imposto de renda e da contribuição social diferidos ocorrem quando for provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação do ativo fiscal diferido, com base em projeções de resultado elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitam a sua utilização total, ou parcial, se for constituído o crédito integral.

Em 31 de dezembro de 2022 e 30 de setembro de 2023, o imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

Ativo	30/09/2023			31/12/2022		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Prejuízos fiscais de IRPJ e Base negativa de CSLL	25.306	9.741	35.047	26.265	10.087	36.352
Diferenças temporárias:	25.959	9.347	35.306	23.968	8.629	32.597
Provisão para perdas de créditos	3.314	1.193	4.507	3.217	1.158	4.375
Provisão para demanda judicial	13.115	4.722	17.837	16.351	5.887	22.238
Provisão VPL Outorga	3.649	1.314	4.963	-	-	-
Provisão Outorga Fixa	1.857	669	2.526	-	-	-
Outras	4.025	1.449	5.474	4.400	1.584	5.984
Total	51.266	19.088	70.354	50.233	18.716	68.949

VPORTS AUTORIDADE PORTUÁRIA
(Razão Social anterior Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA)

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de setembro de 2023
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	30/09/2023			31/12/2022		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Depreciação Fiscal x Gerencial	(3.688)	(1.327)	(5.015)	(3.688)	(1.327)	(5.015)
Outros Passivos Diferidos	(761)	(274)	(1.035)	-	-	-
Total	(4.449)	(1.601)	(6.050)	(3.688)	(1.327)	(5.015)

11. Outros créditos não circulantes

Descrição	30/09/2023	31/12/2022
Fundos de investimentos	14	14
Outras contas a receber (b)	29.110	-
Créditos a recuperar	4.951	4.629
Despesas antecipadas (a)	160	3.778
Total	34.235	8.421

- (a) Trata-se de parte do gasto com a dragagem de manutenção que será amortizado por um período de dois anos conforme informado na Nota Explicativa nº 8;
- (b) A Companhia firmou, no exercício de 2019, contrato de arrendamento com o Consórcio Navegante de área para movimentação, armazenagem e distribuição de grãos líquidos. Esse contrato tem vigência de 25 anos e prevê pagamentos mensais. Além da remuneração mensal do arrendamento prevista no contrato, há um pagamento adicional a ser liquidados em 5 anos vinculado ao cumprimento de determinadas condições.

Após o processo de privatização da Companhia, a ANTAQ efetuou revisão do contrato de arrendamento e concluiu, no segundo semestre de 2023, que referido contrato permanece vigente após o processo de privatização, cabendo à Companhia, em função disso, registrar o direito de recebimento das 3 parcelas remanescentes do adicional contratual, bem como registrar o correspondente passivo a ser apropriado a receita na medida em que as condições precedentes sejam cumpridas.

Em Outras Contas a Receber de longo prazo o valor reconhecido foi de R\$ 29.110. O valor do curto prazo pode ser observado na Nota Explicativa nº 8.

VPORTS AUTORIDADE PORTUÁRIA

(Razão Social anterior Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA)

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias

Em 30 de setembro de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Imobilizado

	Terrenos	Obras Complem.	Total Obras civis	Instalações	Máquinas/ Equipam.	Veículos automotor	Móveis/ utensílios	Equip. dados	Imobilizado em curso	Direito de uso	Total do Imobilizado
Taxa média de depreciação (%a.a.)	-	4 a 5	2,5 a 50	4 a 10	5 a 25	20	10	20	-	5 a 10	-
Saldos em 31/12/2022											
Saldos iniciais	8.261	1.193	346.960	19.831	63	310	194	191	33.332	5.537	415.872
Aquisições	-	-	160	108	229	-	-	86	1.006	2.137	3.726
Transferências	-	(10.486)	(452.217)	(15.307)	(1.360)	-	-	-	(4.423)	-	(483.793)
Baixas	(8.261)	-	-	-	-	-	-	-	(2.771)	(1.661)	(12.693)
Depreciação	-	(100)	(8.083)	(1.211)	(11)	(83)	(37)	(46)	-	(604)	(10.175)
Crédito PIS/COFINS	-	-	(301)	(102)	-	(9)	-	-	-	(52)	(464)
Baixas de depreciação	-	9.393	113.481	10.549	1.083	-	-	-	-	-	134.506
Saldo contábil, líquido em 31/12/2023	-	-	-	13.868	4	218	157	231	27.144	5.357	46.979
Saldos em 31/12/2022											
Custo	8.261	10.486	452.057	32.874	10.070	664	1.001	732	33.332	6.763	556.240
Aquisições	-	-	160	108	229	-	-	86	1.006	2.137	3.726
Transferências	-	(10.486)	(452.217)	(15.307)	(1.360)	-	-	-	(4.423)	-	(483.793)
Baixas	(8.261)	-	-	-	-	-	-	-	(2.771)	(1.661)	(12.693)
Depreciação acumulada	-	-	-	(3.807)	(8.935)	(446)	(844)	(587)	-	(1.882)	(16.501)
Saldo contábil líquido em 31/12/2022	-	-	-	13.868	4	218	157	231	27.144	5.357	46.979
	Terrenos	Obras Complem.	Total Obras Civis	Instalações	Máquinas / Equipam.	Veículos Automotor	Móveis/ Utensílios	Equip. Dados	Imobilizado em Curso	Direito de Uso	Total do Imobilizado
Taxa Média de Depreciação (% a.a.)	-	4 a 5	2,5 a 50	4 a 10	5 a 25	20	10	20	-	5 a 10	-
Saldos em 30/09/2023											
Saldos Iniciais	-	-	-	13.868	4	218	157	231	27.144	5.357	46.979
Aquisições	-	-	-	145	-	-	6	160	1.451	-	1.762
Depreciação	-	-	-	(477)	-	(63)	(28)	(118)	-	(255)	(941)
Transferência	-	-	-	1.227	-	-	317	3.893	(21.059)	-	(15.622)
Baixa	-	-	-	(157)	-	-	-	-	-	(2.498)	(2.655)
Crédito PIS/COFINS	-	-	-	(48)	-	(6)	-	(1)	-	(9)	(64)
Saldo Contábil, líquido em 30/09/2023	-	-	-	14.558	4	149	452	4.165	7.536	2.595	29.459
Saldos em 30/09/2023											
Custo	-	-	-	17.687	8.939	664	1.001	820	27.144	7.239	63.494
Aquisições	-	-	-	145	-	-	6	160	1.451	-	1.762
Transferência	-	-	-	1.227	-	-	317	3.893	(21.059)	-	(15.622)
Baixa	-	-	-	(157)	-	-	-	-	-	(2.498)	(2.655)
Depreciação acumulada	-	-	-	(4.344)	(8.935)	(515)	(872)	(708)	-	(2.146)	(17.520)
Saldo contábil, líquido em 30/09/2023	-	-	-	14.558	4	149	452	4.165	7.536	2.595	29.459

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de setembro de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Após a assinatura do contrato de concessão, os bens classificados no Imobilizado que serão reversíveis ao final do contrato ao poder concedente foram transferidos para o Intangível conforme ICPC 01 (R1). A depreciação dos bens remanescentes no imobilizado após a transferência dos bens reversíveis da concessão permaneceram as taxas já utilizadas.

O valor líquido do imobilizado em operação em 30 de setembro de 2023 é de R\$ 19.328, dos quais R\$ 13.184 (68%) referem-se ao Sistema de Gerenciamento e Informação do Tráfego de Embarcações, conhecido por VTMS - Vessel Traffic Management Information System, formado por equipamentos, softwares, computadores, radares, sinalização, câmeras, rede lógica, alimentação elétrica, entre outros.

13. Intangível

Os valores de outorga referem-se ao direito de concessão onerosa, para exploração direta ou indireta do Porto Organizado de Vitória e de Barra do Riacho, assim como a exploração indireta das instalações portuárias e infraestruturas de proteção e acesso ao porto organizado. Ativos Intangíveis representam a transferência de bens do ativo imobilizado que deverão ser revertidos à concedente ao final do período de concessão, e desta forma serão amortizados até o final do contrato. O Poder Concedente definiu que os bens reversíveis à União são formados basicamente por bens imóveis como edificações, cais, armazéns, silos, estradas de acesso, molhes, benfeitorias, que são bens de valores relevantes. Os demais bens não relacionados pelo poder concedente foram vendidos à concessionária (fez parte do valor de venda) e permaneceram como imobilizados. Todos os bens intangíveis relacionados a concessão serão amortizados pelo período de 35 anos conforme o prazo da concessão.

O valor de R\$ 15.622 em 30 de setembro de 2023 classificado como transferência, na presente nota, e nota de imobilizado (nota 12) refere-se a finalização de obra da Cadeia Logística Portuária Integrada que ainda estava em andamento antes da privatização e naquele momento, era então ativo imobilizado, passado a ativo intangível após sua finalização por se tratar de um bem reversível conforme o ICPC 01 (R1).

A movimentação do ativo intangível no período findo em 30 de setembro de 2023 e exercício findo em 31 de dezembro de 2022 é apresentada como segue:

VPORTS AUTORIDADE PORTUÁRIA

(Razão Social anterior Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA)

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias

Em 30 de setembro de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição:	Outorga Fixa	Outorga à vista	Ativos da Concessão	Total de Ativos da Concessão	Intangível	Bens Anteriores a Concessão	Total intangível
Saldos em 31 de dezembro de 2022							
Saldos iniciais							
Aquisições	618.850	106.000	359	725.209	-	-	725.209
Baixas	-	-	-	-	-	(817)	(817)
Transferências	-	-	349.287	349.287	-	-	349.287
Amortização	(1.857)	(757)	(2.391)	(5.005)	-	-	(5.005)
Crédito PIS/COFINS	-	-	(43)	(43)	-	-	(43)
Ajuste a Valor Presente	(358.850)	-	-	(358.850)	-	-	(358.850)
Baixa de Amortização	-	-	-	-	-	817	817
Saldo contábil, líquido em 31/12/2022	<u>258.143</u>	<u>105.243</u>	<u>347.212</u>	<u>710.598</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>710.598</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2022							
Custo	618.850	106.000	359	725.209	-	6.434	731.643
Baixa	-	-	-	-	-	(817)	(817)
Transferências	-	-	349.287	349.287	-	-	349.287
Ajuste a Valor Presente	(358.850)	-	-	(358.850)	-	-	(358.850)
Amortização acumulada	(1.857)	(757)	(2.391)	(5.005)	-	(5.617)	(10.622)
Crédito PIS/COFINS	-	-	(43)	(43)	-	-	(43)
Saldo contábil, líquido em 31/12/2022	<u>258.143</u>	<u>105.243</u>	<u>347.212</u>	<u>710.598</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>710.598</u>

VPORTS AUTORIDADE PORTUÁRIA

(Razão Social anterior Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA)

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias

Em 30 de setembro de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	Outorga Fixa	Outorga à vista	Ativos da Concessão	Investimentos Em Andamento	Total de Ativos da Concessão	Intangível	Bens Anteriores a Concessão	Total intangível
Saldos em 30 de setembro de 2023								
Saldos inicial								
Saldos Iniciais	258.143	105.243	347.212	-	710.598	-	-	710.598
Aquisições	-	-	3.218	6.256	9.474	924	-	10.398
Transferência	-	-	14.870	752	15.622	-	-	15.622
Alienação	-	-	-	-	-	(517)	-	(517)
Amortização	(5.571)	(2.271)	(6.846)	-	(14.688)	(4)	-	(14.692)
Crédito PIS/COFINS	-	-	(692)	-	(692)	-	-	(692)
Saldo contábil, líquido em 30/09/2023	<u>252.572</u>	<u>102.972</u>	<u>357.762</u>	<u>7.008</u>	<u>720.314</u>	<u>403</u>	<u>-</u>	<u>720.717</u>
Saldos em 30 de setembro de 2023								
Custo	618.850	106.000	349.647	-	1.074.497	-	5.617	1.080.114
Adição	-	-	3.218	6.256	9.474	924	-	10.398
Transferência	-	-	14.870	752	15.622	-	-	15.622
Alienação	-	-	-	-	-	(517)	-	(517)
Ajuste a Valor Presente	(358.850)	-	-	-	(358.850)	-	-	(358.850)
Amortização acumulada	(7.428)	(3.028)	(9.973)	-	(20.429)	(4)	(5.617)	(26.050)
Saldo contábil, líquido em 30/09/2023	<u>252.572</u>	<u>102.972</u>	<u>357.762</u>	<u>7.008</u>	<u>720.314</u>	<u>403</u>	<u>-</u>	<u>720.717</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de setembro de 2023
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Fornecedores

Descrição	30/09/2023	31/12/2022
Fornecedores de Serviços	10.136	8.053
Fornecedores de Material	1.518	570
Total	11.654	8.623

Composto substancialmente por fornecedores de serviços, materiais de consumo, obras e infraestrutura, aluguéis e fornecedores de informática.

15. Obrigações tributárias

Descrição	30/09/2023	31/12/2022
COFINS a recolher	2.091	305
PIS a recolher	450	2
ICMS a recolher	1	-
ISS a recolher	528	298
IRPJ/CSLL a recolher	1.858	-
Total	4.928	605

16. Salários e encargos

Descrição	30/09/2023	31/12/2022
Salários, Férias e Outras gratificações	10.266	6.641
INSS a Recolher	779	1.057
FGTS a Recolher	2.046	352
IRRF sobre a Folha de Pagamento	449	1.552
Outras Obrigações Trabalhistas	408	308
Total	13.948	9.910

17. Arrendamento mercantil

Arrendamento (Passivo)	Saldo em 31/12/2021	Adições	Juros Apropriados	Variação monetária/ Efeitos de renovação	Pagamentos	Saldo em 31/12/2022
Imóveis	5.564	2.137	378	(1.393)	(896)	5.790
Circulante	562	-	-	-	-	493
Não Circulante	5.002	-	-	-	-	5.297
Arrendamento (Passivo)	Saldo em 31/12/2022	Adições	Juros Apropriados	Variação monetária/ Efeitos de renovação	Pagamentos	Saldo em 30/09/2023
Imóveis	5.790	-	317	(2.528)	(555)	3.024
Circulante	493	-	-	-	-	458
Não Circulante	5.297	-	-	-	-	2.566

Implementação do CPC 06(R2) / IFRS16 sobre os contratos de locação de imóveis da Companhia, sendo que a taxa utilizada se refere à taxa incremental de empréstimos da Companhia junto a terceiros de 5,53%. Os contratos de arrendamento referem-se ao escritório onde encontra-se à sede administrativa da Companhia e aluguel de uma área onde encontra-se instalado uma torre integrante do sistema VTMS.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de setembro de 2023
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 30 de setembro de 2023, o saldo do não circulante tinha a seguinte estrutura de vencimento:

Descrição	2024	2025	2026	2027 até o término dos contratos
Imóveis	123	491	517	1.435

18. Adiantamento arrendamento cliente

Descrição:	30/09/2023	31/12/2022
Arrendamentos circulante	2.000	2.000
Arrendamentos Não circulante	18.500	20.000
Total	20.500	22.000

Valor recebido antecipadamente referente à contrato de cessão de direito de uso, relativo à área no Porto de Barra do Riacho, pertencente à Companhia, com vigência de 02/10/2008 a 30/09/2033, que visa atender ao PLANGÁS - Plano de Antecipação da Produção Nacional de Gás Natural, instituído pelo Governo Federal, para escoamento de gás liquefeito de petróleo e gasolina natural, conforme contrato constante do Processo Administrativo de nº 3453/2007.

19. Termo de compromisso financeiro - Portus

Encargos financeiros: 4,81% a.a. + INPC	30/09/2023	31/12/2022
Circulante	9.723	9.469
Não circulante	75.316	78.040
Total	85.039	87.509

Em junho de 2020, a Companhia assinou Termo de Compromisso Financeiro - TCF com o PORTUS no valor de R\$ 84.982. O compromisso foi firmado dentro de um amplo processo de negociação para o equacionamento do déficit atuarial, envolvendo todas as patrocinadoras do Plano de Previdência Complementar denominado PBP-1. O termo prevê as seguintes condições de pagamento:

- 10% de entrada, em 5 parcelas anuais, a serem pagas em junho de cada ano;
- 90% em 180 parcelas mensais e sucessivas, cuja 1ª parcela foi paga em 07.2020 e a última está prevista para junho/2035;
- Sistema Price de Amortização; e
- atualização monetária pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC com juros de 4,81% ao ano, a partir de 1º de janeiro de 2020.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de setembro de 2023
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir a movimentação dos valores com o Termo de Compromisso Financeiro no período:

Descrição	Valor (R\$)
Saldo do TCF em 31/12/2021	88.410
(+) Juros	(4.185)
(-) Pagamentos	(6.030)
(+/-) Atualização/Ajustes	9.314
Saldo do TCF em 31/12/2022	87.509
(+) Juros	3.128
(-) Pagamentos	(8.049)
(+/-) Atualização/Ajustes	2.451
Saldo do TCF em 30/09/2023	85.039

A Companhia assumiu o passivo da dívida do Termo de Compromisso Financeiro junto ao Instituto Portus de Previdência, contemplado pelo Plano de Equacionamento de Déficit Técnico (PBP1). Este passivo tem sua exposição aos juros ponderado em taxa pré-fixada (4,81% a.a.) e pós-fixada (Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC).

A volatilidade das taxas de juros praticadas está sendo apresentada no quadro Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros.

Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração adotou para o cenário provável os índices acumulados dos últimos meses para o passivo atrelado ao INPC. Os cenários II e III foram estimados com valorização adicional de 25% e 50%, respectivamente para os próximos 12 meses, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50% respectivamente para os próximos 12 meses, das taxas no cenário provável:

Operação	Risco	Exposição	Cenário provável I	Cenário provável II (+25%)	Cenário provável III (+50%)	Cenário provável II (-25%)	Cenário provável III (-50%)
Passivos Financeiros:							
Empréstimos e							
Financiamentos	INPC	85.039	3.835	4.794	5.753	2.876	1.918

20. Obrigações com o poder concedente

20.1. Curto prazo

Descrição	30/09/2023	31/12/2022
Outorga Variável	16.762	3.476
Terreno Greenfield	1.166	328
Total	17.928	3.804

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de setembro de 2023
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

20.1.1. Outorga variável

Prevista no Item 6.2.2 do contrato de concessão, a Outorga Variável corresponde ao montante anual em reais resultante da aplicação de alíquota de 7,50% sobre a totalidade da receita bruta da Companhia. Para fins de pagamento o cálculo da outorga variável será feito pela Concessionária, com base nos levantamentos contábeis do período, entregue até o dia 30 de abril do exercício subsequente.

20.1.2. Obrigação sobre terreno Greenfield de Barra do Riacho

O Item 6.5 do contrato de concessão prevê uma obrigação anual de pagamento à concedente, durante toda a vigência deste contrato de concessão, o valor correspondente a 2% do valor do terreno Greenfield de Barra do Riacho, a ser atualizado anualmente pelo IPCA. Essa obrigação será suspensa proporcionalmente caso a concessionária contrate com terceiro a exploração do terreno. A ANTAQ estabelecerá o procedimento a ser observado para o efetivo pagamento desta obrigação.

A parcela mensal correspondente a obrigação será apropriada mensalmente, impactando o resultado e o passivo de obrigações com o poder concedente.

20.2. Longo prazo

Descrição:	30/09/2023	31/12/2022
Outorga Fixa	618.850	618.850
Ajuste a Valor Presente	(358.850)	(355.246)
Atualização IPCA	28.655	4.293
Total	<u>288.655</u>	<u>267.897</u>

O valor de Outorga Fixa estabelecido no Item 6.3 do contrato determina um pagamento fixo no valor de R\$ 24.754 durante 25 anos, que deverá começar a ser liquidado a partir do sexto ano do contrato. Esse valor deverá ser atualizado anualmente pelo IPCA. Essa obrigação trazida a valor presente foi reconhecida em setembro de 2022, no Passivo e Ativo Intangível da Companhia. O valor do Ativo será amortizado pelo período da concessão, conforme Nota 13 e o Passivo conforme a efetivação dos pagamentos que ocorreram todo dia cinco de janeiro do ano no qual o pagamento for exigível.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de setembro de 2023
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Benefício pós emprego

A Companhia contrata uma empresa terceirizada para o controle do plano de pensão PORTUS e Complemento de Aposentadoria.

Descrição	30/09/2023	31/12/2022
Complementação Aposentadoria	1.914	1.914
Total Curto Prazo	<u>1.914</u>	<u>1.914</u>
Complementação Aposentadoria PORTUS	9.608	10.029
Total Longo Prazo	<u>30.860</u>	<u>25.624</u>
	<u>40.468</u>	<u>35.653</u>

21.1. PORTUS

Saldo Plano Pensão Portus	30/09/2023	31/12/2022
Saldo Inicial	25.624	46.210
Ajustes Cálculo Atuarial no Período	(785)	(2.842)
Ajuste ORA	6.021	(17.744)
Saldo Final	<u>30.860</u>	<u>25.624</u>

21.2. Complemento de aposentadoria

Saldo Complemento de Aposentadoria	30/09/2023	31/12/2022
Saldo Inicial	11.943	11.943
Benefícios Pagos	(1.167)	-
Ajustes Cálculo Atuarial No Período	823	-
Ajuste ORA	(77)	-
Saldo Final	<u>11.522</u>	<u>11.943</u>

22. Outros passivos

Descrição	30/09/2023	31/12/2022
Contrato Navegantes - Circulante	30.745	-
Contrato Navegantes - Não Circulante	29.110	-
Total	<u>59.855</u>	<u>-</u>

A Companhia firmou, no exercício de 2019, contrato de arrendamento com o Consórcio Navegante de área para movimentação, armazenagem e distribuição de granéis líquidos. Esse contrato tem vigência de 25 anos e prevê pagamentos mensais. Além da remuneração mensal do arrendamento prevista no contrato, há um pagamento adicional a ser liquidados em 5 anos vinculado ao cumprimento de determinadas condições.

Após o processo de privatização da Companhia, a ANTAQ efetuou revisão do contrato de arrendamento e concluiu, no segundo semestre de 2023, que

VPORTS AUTORIDADE PORTUÁRIA

(Razão Social anterior Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA)

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de setembro de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

referido contrato permanece vigente após o processo de privatização, cabendo à Companhia, em função disso, registrar o direito de recebimento das 3 parcelas remanescentes do adicional contratual, bem como registrar o correspondente passivo a ser apropriado a receita na medida em que as condições precedentes sejam cumpridas.

Em Outras Passivos de curto prazo o valor reconhecido foi de R\$ 30.745, já no longo prazo o valor reconhecido foi de R\$ 32.031 com ajuste a valor presente (AVP) de R\$ 2.921.

23. Outras contas a pagar

Descrição	30/09/2023	31/12/2022
Credores Diversos	356	276
Provisão de Bônus a Colaboradores	4.500	-
Credores Depósitos Cauçionados	58	57
Depósitos e Consignações	732	297
Assistência Médica	276	251
Total	<u>5.922</u>	<u>881</u>

A Companhia está em fase de conclusão de sua política de bônus a colaboradores, aguardando a finalização do acordo coletivo trabalhista.

24. Demanda judicial

A Companhia é ré em ações judiciais, decorrentes do curso normal de suas atividades e das relações trabalhistas. São ações que tratam de relação contratual, regulatória, trabalhistas, entre outros assuntos. Se não houver indicadores que orientem a que se atribua critério de provisão mais ou menos gravoso (risco de perda provável ou remota), identificados pela assessoria jurídica da Companhia, as ações em que a Vports (anteriormente CODESA) é ré são tratadas como risco de perda possível até que ocorra o julgamento em segunda instância. A partir do julgamento em segunda instância e caso haja decisão contrária à Companhia, altera-se o critério de provisão para risco de perda provável, quando, então, há a constituição de provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as pendências em curso. No primeiro e segundo trimestre de 2023 ocorreu apenas a atualização monetárias dos processos que já estavam provisionados em dezembro de 2022.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de setembro de 2023
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

a. Provisões para demandas judiciais classificadas como perdas prováveis

Descrição	30/09/2023	31/12/2022
Provisão provável para demandas judiciais:		
Processos trabalhistas	26.516	25.147
Processos cíveis	25.811	34.689
Processos tributários	137	5.570
Total	<u>52.464</u>	<u>65.406</u>

A partir de 31 de dezembro de 2022 as seguintes movimentações ocorreram na conta de provisão para demandas judiciais prováveis:

Descrição	Processos trabalhistas	Processos cíveis	Processos tributários	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	11.701	1.904	-	13.605
Complemento de provisão	20.342	34.007	5.570	59.919
Pagamentos/baixas de alvarás	(6.896)	(1.222)	-	(8.118)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>25.147</u>	<u>34.689</u>	<u>5.570</u>	<u>65.406</u>
Complemento de provisão	7.158	3.881	367	11.406
Pagamentos/baixas de alvarás	(5.789)	(23)	(6.963)	(12.775)
(-) Reversões de provisões	-	-	(11.573)	(11.573)
Transferência de saldos	-	(12.736)	12.736	-
Saldos em 30 de setembro de 2023	<u>26.516</u>	<u>25.811</u>	<u>137</u>	<u>52.464</u>

b. Demandas judiciais classificadas como perdas possíveis

Descrição	30/09/2023	31/12/2022
Demandas Judiciais Possíveis:		
Processos Trabalhistas	69.011	16.577
Processos Cíveis	166.687	278.989
Processos Tributários	7.927	708
Total	<u>243.625</u>	<u>296.274</u>

Dentre os principais processos classificados como perdas possíveis podemos destacar:

- Peiú no valor de R\$ 57.863. Trata-se de ação ordinária ajuizada pela PEIÚ SPE S/A em face da Vports (anteriormente CODESA) por meio da qual a autora requer a recomposição o equilíbrio econômico-financeiro de seu contrato de arrendamento (ASSJUR nº 034/98);
- Frannel no valor de R\$ 7.358. A Frannel ajuizou a presente ação com o intuito de cancelar protesto de título realizado pela Vports (Antiga CODESA), bem como esta seja impedida de realizar qualquer cobrança.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de setembro de 2023
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

24.1. Entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 - Recursos Extraordinário nº 949.297 e 885 - Recurso Extraordinário nº 955.227.

Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido.

A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, baseada nessa avaliação, e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, CPC 32/IAS 12 Tributos sobre o lucro, ICPC 22 / IFRIC 23 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos significativos.

25. Outras contas a pagar não circulante

Descrição	30/09/2023	31/12/2022
Obrigações Convênios	6.947	6.852
Total	6.947	6.852

26. Patrimônio líquido

26.1. Capital Social

Descrição	30/09/2023	31/12/2022
Capital Social	568.621	568.568
Ações Ordinária	7.066.362.882	7.065.304.092

A Companhia obteve aumento de capital de R\$ 53 entre 31 de dezembro de 2022 e 31 de março de 2023 referente ao capital investido por acionistas minoritários.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de setembro de 2023
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

26.2. Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro ou prejuízo atribuível aos acionistas da Sociedade pela quantidade média ponderada de ações em circulação durante o exercício:

Descrição	30/09/2023	30/09/2022	01/07/2023 a 30/09/2023	01/07/2022 a 30/09/2022
(Prejuízo)/Lucro líquido	(5.041)	15.018	22.283	(6.275)
Ações Ordinária	7.066.362.882	7.064.562.808	7.066.362.882	7.064.562.808
Resultado Básico por ações em Reais (R\$)	<u>(0,0007)</u>	<u>0,0021</u>	<u>0,0031</u>	<u>(0,0009)</u>

26.3. Ajuste de Avaliação Patrimonial

O estudo atuarial referente ao plano de benefício PBP-1, de benefício definido, junto ao PORTUS, e ao Complemento de Aposentadoria apontou em 30/09/2023, uma perda líquida de R\$ 5.943 em relação ao saldo de 31/12/2022 referente ao compartilhamento de riscos.

26.4. Prejuízos acumulados

O prejuízo acumulado de 2023 é de R\$ 5.041 e o valor de R\$ 116.605 é resultado do saldo de prejuízos acumulados de exercícios anteriores acrescido do resultado apurado até 30 de setembro de 2023.

27. Receita operacional líquida

O saldo da receita nos períodos findos em 30 de setembro de 2023 e de 2022 está apresentado a seguir:

Descrição	30/09/2023	30/09/2022	01/07/2023 a 30/09/2023	01/07/2022 a 30/09/2022
Receitas com Serviços Portuários:	104.013	101.892	40.967	32.917
Receitas com Arrendamentos:	87.638	47.092	29.248	15.827
Impostos sobre Vendas e Serviços	(23.147)	(16.552)	(10.345)	(5.359)
Cancelamentos e Devoluções	(334)	(649)	(80)	(23)
Receita de Construção	5.262	-	5.262	-
Receita Operacional Líquida	<u>173.432</u>	<u>131.783</u>	<u>65.052</u>	<u>43.362</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de setembro de 2023
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Custos e despesas por natureza

Descrição	30/09/2023	30/09/2022	01/07/2023 a 30/09/2023	01/07/2022 a 30/09/2022
Despesas com Pessoal	(43.297)	(56.060)	(12.703)	(23.004)
Serviços de terceiros	(34.781)	(15.256)	(13.270)	(6.306)
Amortizações concessão	(7.843)	-	(2.614)	-
Depreciações e Amortizações	(7.843)	(9.828)	(2.669)	(3.226)
Materiais	(530)	(172)	(269)	(146)
Seguros	(2.845)	(271)	(968)	(80)
Obrigações da Concessão	(32.214)	-	(12.723)	-
Energia, Água e Outras Utilidades	(1.873)	(1.984)	(533)	(677)
Ações Judiciais	(42)	(4.272)	6.549	(681)
Multas	(619)	(373)	-	(327)
Despesas Com Viagens	(366)	-	(114)	-
Despesas Tributárias	(1.145)	(367)	(53)	(64)
Outras Despesas	(2.413)	(2.925)	(521)	(552)
Custo de Construção	(5.262)	-	(5.262)	-
Total	(141.073)	(91.508)	(45.150)	(35.063)
Custos dos serviços prestados	(96.482)	(52.028)	(37.292)	(21.228)
Despesas gerais e administrativas	(44.591)	(39.480)	(7.858)	(13.835)
Total	(141.073)	(91.508)	(45.150)	(35.063)

29. Outras receitas e despesas líquidas

Descrição	30/09/2023	30/09/2022	01/07/2023 a 30/09/2023	01/07/2022 a 30/09/2022
Provisões Para Riscos	(4.814)	(21.412)	(1.093)	(18.613)
Provisão e Reversão Para Crédito De Liquidação Duvidosa	149	(633)	84	(39)
Provisão Assistência Médica	-	(1.909)	-	(340)
Provisão Bônus	(4.500)	-	(1.500)	-
Provisão Energia Elétrica	(307)	-	-	-
PDIV (a)	(67.377)	-	(15.969)	-
Reversão Provisão P/ Riscos	8.821	-	3.446	-
Reversão Provisão Plano De Pensão	1.152	-	367	-
Outras Despesas e Receitas Operacionais	9.932	664	4.195	(102)
Receita de Direito De Outorga (b)	31.837	-	31.837	-
Total	(25.107)	(23.290)	21.367	(19.094)

(a) Em 12 de janeiro de 2023, a Companhia publicou o edital do Programa de Desligamento Incentivado e Voluntário (PDIV) 2023, conforme previsto no contrato de concessão. O PDIV visa estabelecer critérios e procedimento para a concessão de incentivos "a demissão voluntária, condicionada ao estabelecimento de quitação plena e irrevogável nos moldes do artigo 477-B da CLT e da decisão proferida no RE 590415 do STF (Tema 152) ressalvando-se apenas os processos judiciais iniciados antes do dia 10/01/2023.

Podem participar deste programa todos os empregados com vínculo ativo em 05 de setembro de 2022, data de assinatura do contrato de compra e venda da Companhia, o programa teve sua finalização no dia 31/07/2023.

Durante o período de 2023 ocorrerão os desligamentos dos funcionários que optarem pela adesão ao PDIV. A primeira turma, desligou-se da Companhia no mês de fevereiro de 2023 e os demais desligamentos ocorreram até setembro de 2023.

O pagamento das verbas indenizatórias, se pode observar no grupo de Outras Despesas.

(b) O saldo de recebido refere-se a primeira parcela do direito de outorga contrato Navegantes.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de setembro de 2023
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

30. Resultado financeiro

Descrição	30/09/2023	30/09/2022	01/07/2023 a 30/09/2023	01/07/2022 a 30/09/2022
Receitas Financeiras:				
Variação Monetária Ativa	4.151	575	1.143	251
Rendimentos Com Aplicações Financeiras	8.979	10.456	3.745	4.106
Juros Ativos	710	2.707	170	157
Descontos Obtidos	2	28	-	-
Outras Receitas Financeiras (Juros E Atual. S/ Dep. Judiciais)	10	2.703	-	976
Total	13.852	16.469	5.058	5.490
Despesas Financeiras:				
Variação Monetária Passiva	(22.360)	(4.928)	(10.497)	(1.811)
Despesas Bancárias	(42)	(33)	(12)	(1)
Juros Sobre Empréstimos	(128)	(522)	(31)	(358)
Juros Passivos	(248)	(15)	(3)	-
Outras Despesas Financeiras	(715)	(754)	(265)	(255)
Total	(23.493)	(6.252)	(10.808)	(2.425)

31. Instrumentos financeiros

31.1. Gestão do Risco de Capital

A Companhia administra seu capital para assegurar que elas possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

Descrição	30/09/2023	31/12/2022
Ativo:		
Custo amortizado		
Caixa e equivalentes caixa	146.292	82.642
Contas a receber	10.921	5.621
Créditos negociados com clientes	1.188	5.400
Depósitos Judiciais	29.091	47.585
Total	187.492	141.248
Passivos Financeiros		
Custo amortizado		
Fornecedores	11.654	8.623
Passivo de Arrendamentos	3.024	5.790
Outras Contas a pagar	5.922	881
Obrigações com o poder Concedente	306.583	271.701
Total	327.183	286.995

31.2. Categorias de instrumentos financeiros

31.2.1. Mensurações ao valor justo reconhecidas no balanço patrimonial e/ou divulgadas

Os seguintes valores justos estimados foram determinados usando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias
Em 30 de setembro de 2023
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Assim, as estimativas apresentadas não são necessariamente indicativas dos montantes que a Companhia poderia realizar no mercado atual. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativas pode ter um efeito significativo nos valores justos estimados.

Para os instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado, a Administração da Companhia entende que as contas a receber, os fornecedores, os empréstimos e financiamentos e as contas a pagar por aquisição de participação, os quais são reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo método dos juros efetivos, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado.

31.2.2. Exposição de juros e análise de sensibilidade

A Companhia assumiu o encargo contratual de outorga fixa, previsto no item 6.3 do contrato de concessão, que será pago pela Companhia, em 25 (vinte e cinco) parcelas anuais no valor de R\$ 24.754 (vinte e quatro milhões, setecentos e cinquenta e quatro mil reais) cada uma, a partir do sexto ano até o trigésimo ano de vigência do contrato de concessão. Essa contribuição fixa deverá ser paga todo dia cinco de janeiro do ano no qual o pagamento for exigível e o valor de cada parcela tem sua exposição na atualização monetária anualmente pelo IPCA.

A volatilidade das taxas de juros praticadas está sendo apresentada no quadro Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros.

31.2.3. Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros

Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração adotou para o cenário provável a taxa divulgada pela B3 para as aplicações financeiras referenciadas em CDI e, os índices acumulados dos últimos 12 meses para o passivo atrelado ao IPCA. Os cenários II e III foram estimados com valorização adicional de 25% e 50%, respectivamente para os próximos 12 meses, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50% respectivamente para os próximos 12 meses, das taxas no cenário provável:

Operação	Risco	Exposição	Cenário provável I	Cenário provável II (+25%)	Cenário provável III (+50%)	Cenário provável II (-25%)	Cenário provável III (-50%)
Saldos Patrimoniais							
Ativos Financeiros:							
Aplicações financeiras	101% CDI	142.942	18.288	22.860	27.432	13.716	9.144
Passivos Financeiros:							
Obrigações com o poder Concedente	IPCA	288.655	14.981	18.726	22.472	11.236	7.491

VPORTS AUTORIDADE PORTUÁRIA

(Razão Social anterior Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA)

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias

Em 30 de setembro de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ibson José Hulle Filho
Diretor Presidente

Victor Gallo Otozato
Diretor Administrativo Financeiro

Pedro Henrique Garcia Benevides
Diretor Comercial

Alsimar Santos Damasceno
Diretor de Infraestruturas e Operações

Rodrigo Bernardes Braga
Diretor Jurídico

Scheslei Wagemacker
Gerente de Contabilidade
CRC-ES: 019.459/O-4